

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL

ANO DE
2021

DENOMINAÇÃO: LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

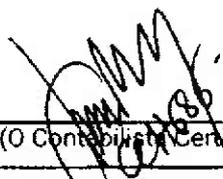
MORADA: Rua Santos Pousada, nº. 182

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Bonfim

CONCELHO: Porto

CODIGO POSTAL: 4000-478



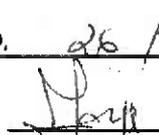
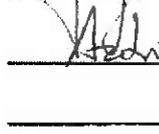
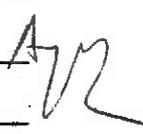
(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

DATA:

Porto, 26 de Setembro de 2021

ASSINATURAS:



LAR NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

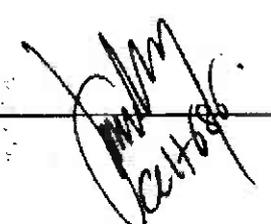
Contribuinte : 500849200
 Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	212 528,68	192 624,76
Investimentos financeiros	10.12	5 112,01	4 315,59
		217 640,69	196 940,35
Ativo corrente			
Inventários	5	466,90	1 584,84
Créditos a receber	10.6	175,00	168,50
Estado e outros entes públicos	10.7	5 566,25	3 257,68
Diferimentos	10.2	3 595,12	3 092,06
Outros ativos correntes	10.1	204 786,66	241 225,21
Caixa e depósitos bancários	10.3	1 758 681,07	1 722 165,18
		1 973 271,00	1 971 493,47
Total do ativo		2 190 911,69	2 168 433,82
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.4	31 666,62	31 666,62
Resultados transitados	10.4	1 523 180,70	1 479 974,78
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10.4	33 016,15	0,00
		1 587 863,47	1 511 641,40
Resultado líquido do período		45 894,56	43 205,92
Total dos fundos patrimoniais		1 633 758,03	1 554 847,32
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.5	11 850,30	11 634,51
Estado e outros entes públicos	10.7	11 069,02	11 504,48
Diferimentos	10.2	103 584,80	179 421,00
Outros passivos correntes	10.8	430 649,54	411 026,51
		557 153,66	613 586,50
Total do passivo		557 153,66	613 586,50
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 190 911,69	2 168 433,82

A Direção

O Contabilista Certificado



LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 500849200

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 021	2 020
Vendas e serviços prestados	6	24 326,91	18 934,81
Subsídios, doações e legados à exploração	10.9	803 671,67	789 924,92
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-81 457,77	-80 789,78
Fornecimentos e serviços externos	10.10	-212 901,74	-218 520,08
Gastos com o pessoal	8	-482 381,05	-477 384,43
Aumentos/reduções de justo valor	10.11	-344,12	-158,12
Outros rendimentos	10.13	7 438,64	27 702,12
Outros gastos	10.14	-2 518,89	-5 276,57
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		55 833,65	54 432,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-9 939,09	-11 226,95
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		45 894,56	43 205,92
Resultados antes de impostos		45 894,56	43 205,92
Resultado líquido do período		45 894,56	43 205,92

A Direção

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]


[Handwritten signature]

LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

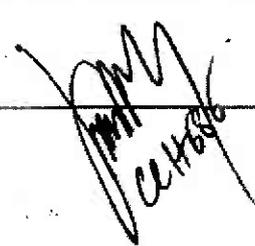
Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		24 262,91	18 199,91
Pagamentos a fornecedores		-261 126,63	-290 698,33
Pagamentos ao pessoal		-260 675,21	-270 007,45
Caixa gerada pelas operações		-497 538,93	-542 505,87
Outros recebimentos/pagamentos		556 147,30	589 064,90
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		58 608,37	46 559,03
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-32 024,66	-18 905,74
Investimentos financeiros		-1 081,23	-1 154,38
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0,72	0,18
Juros e rendimentos similares		566,59	913,81
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-32 538,58	-19 146,13
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		10 446,10	17 962,64
Outras operações de financiamentos		0,00	1 010,92
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		10 446,10	18 973,56
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		36 515,89	46 386,46
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 722 165,18	1 675 778,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.3	1 758 681,07	1 722 165,18

A Direção



O Contabilista Certificado



**LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Contribuinte: 500849200

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Pré-Escolar	Casa Residencial	Projeto Gas Fenosa I e II	PERÍODOS	
					2021	2020
Vendas e serviços prestados		24 326,91	0,00	0,00	24 326,91	18 934,81
Custo das vendas e dos serviços prestados		-128 196,86	-435 641,96	0,00	-563 838,82	-558 460,06
Resultado Bruto		-103 869,95	-435 641,96	0,00	-539 511,91	-539 525,25
Outros Rendimentos		122 939,82	612 230,66	72 621,78	807 792,26	817 653,33
Gastos administrativos		-24 933,10	-121 935,95	-72 621,78	-219 490,83	-229 461,18
Outros Gastos		-487,49	-2 407,47	0,00	-2 894,96	-5 460,98
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-6 350,72	52 245,28	0,00	45 894,56	43 205,92
Resultado antes de impostos		-6 350,72	52 245,28	0,00	45 894,56	43 205,92
Resultado líquido do período		-6 350,72	52 245,28	0,00	45 894,56	43 205,92



O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]



LAR NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

Anexo às Demonstrações Financeiras

2021

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros...	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Ativos fixos tangíveis	10
5	Inventários	10
6	Rendimentos.....	11
7	Subsídios e outros apoios das entidades públicas	11
8	Benefícios dos empregados.....	12
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
10	Outras divulgações.....	12
10.1	Outros ativos correntes	12
10.2	Diferimentos	13
10.3	Caixa e Depósitos Bancários.....	13
10.4	Fundos Patrimoniais	14
10.5	Fornecedores.....	14
10.6	Créditos a receber	14
10.7	Estado e Outros Entes Públicos	14
10.8	Outros Passivos Correntes.....	15
10.9	Subsídios, doações e legados à exploração	15
10.10	Fornecimentos e serviços externos.....	16
10.11	Aumentos / reduções de justo valor.....	16
10.12	Investimentos financeiros.....	16
10.13	Outros rendimentos	17
10.14	Outros gastos	17
10.15	Resultados Financeiros.....	17
10.16	Projeto Gasfenosa I, Gasfenosa II e POISE.....	18
10.17	Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	20
10.18	Acontecimentos após data de Balanço.....	20

1 Identificação da Entidade

O Lar Nossa Senhora do Livramento é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº278 de 2 de Dezembro de 2000.

Tem sede na Rua de Santos Pousada, 182, freguesia do Bonfim no concelho do Porto.

Visa dar apoio às crianças e raparigas socialmente mais desfavorecidas ou carenciadas na sua formação e integração social, bem como desenvolver, dentro das suas possibilidades, todas as valências sociais que estejam ao seu alcance, sempre em resposta às necessidades que forem reconhecidas mais prementes no tempo e no local.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os

quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados na nota 11.3, para melhor compreensão.

As transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, serão indicadas de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

Os elementos de reduzido valor são depreciados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2.4 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que estes são reconhecidos como tal.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Todas as propriedades de investimento que a instituição detém foram reclassificadas como ativos fixos tangíveis, em cumprimento da alteração prevista na norma contabilística em vigor desde 1/1/2016.

3.2.5 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “415 – Outros investimentos financeiros” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e

respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos Não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

(IRC) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos fixos tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do exercício de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2020	Adições	Regularizações	31-12-2021
Edifícios e Outras Construções	253 343,39	2 687,15		256 030,54
Equipamento Básico	103 892,75	1 594,34		105 487,09
Equipamento de Transporte	14 864,18			14 864,18
Equipamento Administrativo	108 042,34	522,25		108 564,59
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6 673,77			6 673,77
	486 816,43	4 803,74		491 620,17
Investimentos em curso	0,00	25 324,77		25 324,77
Ativo Tangível Bruto	486 816,43	30 128,51		516 944,94
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e Outras Construções	73 431,81	4 533,34		77 965,15
Equipamento Básico	92 020,22	4 663,17		96 683,39
Equipamento de Transporte	14 864,18			14 864,18
Equipamento Administrativo	107 201,69	742,58	-285,50	108 229,77
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6 673,77			6 673,77
Depreciações Acumuladas	294 191,67	9 939,09	-285,50	304 416,26
Ativo Tangível Líquido	192 624,76	20 189,42	-285,50	212 528,68

5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	2021	2020
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	466,90	1 584,84
Total	466,90	1 584,84

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2021	2020
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	1 584,84	1 128,75
Compras	58 213,40	59 576,17
Doações	22 126,43	21 669,70
Saldo Final	466,90	1 584,84
Gastos do Período	81 457,77	80 789,78

A rubrica Doações diz respeito aos valores doados relativos a géneros alimentares.

6 Rendimentos

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2021	2020
Prestação de Serviços	24 326,91	18 934,81
Quotas do Utilizadores	24 326,91	18 934,81
Outros Rendimentos e Ganhos	4 540,22	3 871,36
Rendas e Outros Rendimentos não financeiros	4 540,22	3 871,36
Juros e dividendos	1 033,84	1 426,96
Depósitos Bancários	22,92	416,04
De Títulos	1 010,92	1 010,92
Total	29 900,97	24 233,13

7 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2021		2020	
		Capitais Próprios	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável	0,00	620 232,92	0,00	598 607,22
Programa Expansão Pré-Escolar	Não Reembolsável	0,00	29 021,52	0,00	28 746,36
F.S. Europeu/OE - Poise	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	10 473,45
Adaptar Social+	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	3 153,29
Junta de Freguesia do Bonfim	Não Reembolsável	33 016,15	0,00	0,00	35 350,02
APMEI	Não Reembolsável	0,00	1 098,50	0,00	0,00
IEFP	Não Reembolsável	0,00	17 969,29	0,00	3 554,36
Total		33 016,15	668 322,23	0,00	679 884,70

8 Benefícios dos empregados

O número de membros que compõem o órgão diretivo é de 5 elementos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante os exercícios de 2021 e 2020 foi de, respetivamente, 31 e 29.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remuneração aos Órgãos Sociais	12 870,00	11 352,00
Remunerações ao pessoal	356 229,93	373 167,11
Indeminizações	46,55	225,16
Encargos sobre as Remunerações	82 060,78	80 785,67
Seguros de Acidentes no Trabalho	7 880,32	7 048,29
Outros Gastos com o Pessoal		
Formação Profissional	305,40	0,00
Vestuário e Calçado	128,00	48,00
Higiene, medicina e segurança no trabalho	2 222,91	1 117,54
lefp – Programa Marees	20 637,16	3 640,66
Total	482 381,05	477 384,43

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

10.1 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Fornecedores - adiantamentos	5,00	1 220,68
Juros a receber	0,00	38,21
Rendas a receber	5 439,97	2 473,36
Reposição dotação	2 486,21	0,00
Programa expansão pré-escolar	29 021,52	28 746,36
Junta Freguesia Bonfim	33 016,15	0,00
Faculdade Educandas	584,00	945,00
Projeto GasFenosa	82 759,38	153 626,38
Ageas - valores a reembolsar	0,00	5,95
Penhoras	0,00	133,89
Outros devedores	0,00	56,10
Gastos a reembolsar	0,00	135,61
Adaptar Social +	0,00	3 153,29
Educandas	1 085,24	0,00
Títulos - CGD	195,49	197,31
Montepio Tesouraria - Fundos	50 193,70	50 493,07
Total	204 786,66	241 225,21

10.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3 276,26	2 538,65
Medicina no Trabalho	0,00	553,41
Outros gastos	318,86	0,00
Total	3 595,12	3 092,06
Rendimentos a Reconhecer		
Projeto GasFenosa	103 468,30	179 304,50
Rendas	116,50	116,50
Total	103 584,80	179 421,00

10.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	2 011,65	5 687,49
Depósitos à Ordem	253 968,27	213 837,67
Depósitos a Prazo	1 502 701,15	1 502 640,02
Total	1 758 681,07	1 722 165,18

10.4 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2021:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	31 666,62			31 666,62
Resultados Transitados	1 479 974,78	43 205,92		1 523 180,70
Outras Variações Fundos Patrimoniais	0,00	33 016,15		33 016,15
Total	1 511 641,40	43 205,92	0,00	1 587 863,47

10.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores	11 850,30	11 634,51
Total	11 850,30	11 634,51

10.6 Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Cientes		
Utentes	175,00	168,50
Total	175,00	168,50

10.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
IVA - Restituição	5 566,25	3 257,68
Total	5 566,25	3 257,68
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	2 627,00	2 673,00
Segurança Social	8 319,55	8 719,86
FCT e FGCT	122,47	111,62
Total	11 069,02	11 504,48

10.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
	Corrente	Corrente
Adiantamentos utentes	16,50	24,00
Credores por Acréscimo de Gastos	70 286,92	64 688,26
Remunerações a Liquidar	67 484,53	61 889,69
Outras despesas diferidas		
Água	58,31	523,32
Eletricidade	2 086,10	1 446,82
Gás	518,84	131,28
Outros Credores por ac. Gastos	139,14	697,15
Instituto Segurança Social	346 075,75	346 075,75
Reposição Dotação Lar 2014	140 065,93	140 065,93
Reposição Dotação Lar 2015	167 357,72	167 357,72
Reposição Dotação Lar 2016	38 652,10	38 652,10
Outros Credores	14 270,37	262,50
Penhoras	28,03	0,00
Educandas	14 242,34	0,00
Outros Credores	0,00	238,50
Total	430 649,54	411 026,51

Os valores inscritos na rubrica "Reposição Dotação Lar ..." respeitam aos valores que se considera reembolsar à Segurança Social, pelo facto de durante os períodos em causa as transferências da dotação terem sido calculadas tendo por base um número de utentes superior ao que estava acordado no protocolo de cooperação.

Como tal a instituição optou por não reconhecer o rendimento total das transferências relativas à dotação, uma vez que muito provavelmente terá de proceder à devolução deste valor. Fica desta forma salvaguardado o reconhecimento no futuro de gastos relativos à devolução de verbas, bem como o reconhecimento neste exercício de rendimentos indevidos.

10.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios e Apoios do Governo	668 322,23	679 884,70
Subsídios de Outras Entidades	81 089,40	73 345,85
Doações (donativos dinheiro e espécie)	54 060,84	36 595,63
Legados	199,20	98,74
Total	803 671,67	789 924,92

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.
Os subsídios de "Outra Entidades" englobam 5 253,20 euros de subsídios familiares e 75 836,20 euros referentes ao projeto Gasfenosa.

O valor inscrito em donativos contempla, além de outros, o valor de 9 891,33 euros em géneros alimentares doados pela Lactogal e 33 347,08 euros relativos a outros donativos em espécie.

10.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	0,00	285,85
Serviços especializados	28 634,60	31 941,85
Materiais	12 184,60	16 983,77
Energia e fluídos	32 829,55	27 802,90
Deslocações e estadas	1 653,58	5 693,94
Serviços diversos	20 317,19	20 531,96
Encargos com Utentes	41 328,44	32 134,31
Projeto GasFenosa	75 953,78	47 814,67
Encargos com Projetos Financiados	0,00	35 330,83
Total	212 901,74	218 520,08

10.11 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2021 e 2020 ganhos e perdas do "justo valor" no seguinte investimento financeiro:

Descrição	2021	2020
Montepio Tesouraria - fundos mobiliários	-299,37	- 162,46
Caixa Geral de Depósitos - Ações e Obrigações	- 1,10	4,34
Fundos de Compensação	- 43,65	0,00
Total	-344,12	- 158,12

10.12 Investimentos financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2021	2020
Outros investimentos Financeiros		
Participação – Social Shop	250,00	250,00
FCT	4 862,01	4 065,59
Total	5 112,01	4 315,59

Estes investimentos financeiros correspondem às entregas por parte da entidade para o FCT – Fundo Compensação do Trabalho.

10.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Outros Rendimentos e Ganhos	6 404,80	26 275,16
Descontos Pronto Pagamento	193,61	381,81
Rendas e Outros Rendimentos Prop. Investimento	4 540,22	3 871,36
Benefícios de penalidades contratuais	332,50	0,00
Indemnização seguros	0,00	48,75
Reembolso Subsídio Alimentação	0,00	19 566,00
Correções períodos anteriores	1 302,64	1 956,31
Projeto POISE	0,00	450,93
Outros	35,83	0,00
Juros	1 033,84	1 426,96
Depósitos Bancários	22,92	416,04
De Títulos	1 010,92	1 010,92
Total	7 438,64	27 702,12

No que concerne ao valor da rubrica "Rendas e Outros Rendimentos", para além de outros, em 2021 foi reconhecido o valor de 2 966,61 euros relativo ao imóvel em copropriedade com o Instituto Profissional do Terço.

10.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	253,96	0,00
Correções exercícios anteriores	1 868,93	4 901,57
Quotizações	396,00	300,00
Multas e Penalidades	0,00	75,00
Total	2 518,89	5 276,57

10.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	22,92	416,04
Dividendos obtidos	1 010,92	1 010,92
Total	1 033,84	1 426,96
Resultados Financeiros	1 033,84	1 426,96

10.16 Projeto Gasfenosa I, Gasfenosa II e POISE

A entidade no exercício de 2014 efetuou a candidatura e foi contemplada num programa denominado "Projeto Gasfenosa". Este programa consiste no apoio por parte da empresa Gasfenosa aos gastos incorridos pelo Lar Nossa Senhora do Livramento no que concerne a matrículas e mensalidades, manuais escolares, apoio ao estudo e alimentação (cantinas), de acordo com a candidatura efetuada.

O projeto, primeiramente, iria ser desenvolvido até ao ano letivo de 2022-2023 e tinha um valor global previsto de 263 891,00 euros. Em maio de 2018 foi feita uma Adenda ao Acordo de Cooperação, onde mais quatro alunas passaram a integrar o programa e, por esse motivo, atualizou-se a contribuição da Associação "DIA SOLIDARIO" de GAS NATURAL FENOSA para o montante máximo global de 302.608,00€. No ano de 2020 foi feita nova Adenda ao Acordo de Cooperação, com a entrada de mais três alunas para o programa, tendo sido feita nova atualização da contribuição da Associação "DIA SOLIDARIO" de GAS NATURAL FENOSA para o montante máximo global de 408.929,00€.

O quadro seguinte reflete a nova distribuição por ano letivo dos gastos previstos segundo as diferentes rúbricas aprovadas para o projeto:

Tipo Gasto	2014-15	2015-16	2016-17	2017-18	2018-19	2019-20	2020-21	2021-22	2022-23	2023-24	2024-25	2025-26	2026-27	2027-28	TOTAL
Matrículas e mensalidade	26910,00	27902,00	21051,00	15701,00	30692,00	39714,00	52253,30	28113,15	27162,15	16896,53	10090,65	4254,50	4254,50	2700,00	307 694,78
Manuais escolares	3568,00	969,00	1819,00	2450,00	1908,00	1757,00	4850,00	2953,08	2709,08	2772,22	2185,64	285,34	285,34	161,00	28 672,70
Apoio ao estudo	4128,00	763,00	1198,00	1258,00	1978,00	5011,00	2400,00	1866,90	1716,90	1054,22	400,00	-	-	-	21 774,02
Alimentação (cantina)	5012,00	1140,00	1257,00	1201,00	2543,00	-	1770,00	2845,00	2345,00	1160,00	4280,00	480,00	480,00	210,00	24 723,00
Transporte	1190,00	837,00	2089,00	3024,00	4520,00	2384,00	4000,00	1946,75	1514,75	1014,75	1014,75	1014,75	1014,75	500,00	26 064,50
TOTAL	40 808,00	31 511,00	27 414,00	23 634,00	41 641,00	48 866,00	65 273,30	37 724,88	35 447,88	22 897,72	17 971,04	5 034,59	5 034,59	3 571,00	408 929

No quadro seguinte apresentamos a previsão de recebimentos anuais relativos ao projeto:

	Total Anual	TOTAL
Ano 2014	32 646,00	32 646,00
Ano 2015	33 450,00	66 096,00
Ano 2016	28 252,00	94 348,00
Ano 2017	24 390,00	118 738,00
Ano 2018	38 040,00	156 778,00
Ano 2019	47 421,00	204 199,00
Ano 2020	61 992,00	266 191,00

Ano 2021	43 235,00	309 426,00
Ano 2022	35 903,00	345 329,00
Ano 2023	25 408,00	370 737,00
Ano 2024	22 554,00	393 291,00
Ano 2025	6 035,00	399 326,00
Ano 2026	6 035,00	405 361,00
Ano 2027	3 568,00	408 929,00

Os gastos incorridos nas diferentes rúbricas, o valor recebido bem como o rendimento reconhecido no exercício de 2021, são discriminados no quadro seguinte:

Valor Total Projeto	Valor Recebido	Recebimentos Futuros
Inicial 263.891,00€		
Recebido ano 2014	33 340,00	
Recebido ano 2015	45 330,92	
Recebido ano 2016	22 889,00	
Recebido ano 2017	31 197,00	
Adenda 2018 302 608,00		
Recebido ano 2018	55 134,00	
Recebido ano 2019	49 240,98	
Adenda 2020 408 929,00		
Recebido ano 2020	50 587,00	
Recebido ano 2021	70 867,00	
Total Recebimentos	358 585,90	50 343,10
GASTOS	2021	2020
Matrículas e Mensalidades	55 544,44	38 761,25
Manuais Escolares	3 968,43	2 906,71
Apoio ao Estudo	1 955,00	2 156,00
Alimentação (cantinas)	2 740,50	2 305,32
Transportes e outros	8 413,41	3 819,88
Total	72 621,78	49 949,16
Rendimento Reconhecido	2021	2020
Projeto Gasfenosa	72 486,20	50 059,26

Os gastos incorridos e imputados ao Projeto Gasfenosa durante o exercício de 2021 ascenderam a 72 621,78 euros. O rendimento reconhecido em 2021 foi no valor de 72 486,20 euros. A diferença deve-se a descontos obtidos no valor de 135,58 euros, independente do apoio do Gas Fenosa ao projeto.

Em termos de recebimentos durante o exercício receberam-se 70 867,00 euros referentes ao Projeto Gasfenosa.

A entidade no exercício de 2018 efetuou a candidatura e foi contemplada num programa denominado "Projeto A Todo o Gás (Gás Fenosa II)". O projeto, inicialmente, iria ser desenvolvido

entre fevereiro de 2018 e julho de 2019 e tinha um valor global previsto de 29.817,28 euros. No entanto, de forma a maximizar o nível de execução do programa, foram propostos e aceites apoios não enquadráveis no projeto "Dia Solidário – Gás Fenosa I" cuja execução se estenderá pelo menos até 2023.

Os gastos incorridos e imputados ao Projeto Gas Fenosa II durante o exercício de 2021 ascenderam a 3 350,00 euros. O rendimento reconhecido em 2020 foi igual aos gastos incorrido no valor de 3 350,00 euros.

Até ao momento foram registados gastos totais no valor de 25 379,61 euros e foram reconhecidos rendimentos de igual valor.

10.17 Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultado

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2021, foi o seguinte:

Pré-Escolar: 38; Lar Infância e Juventude: 41

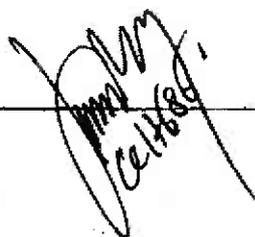
10.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2021

O Contabilista Certificado



A Direção

